

ANO XIX N. 139 26/10/2021

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

[PORTARIA 1VTDIV N. 1, DE 20 DE SETEMBRO DE 2021](#)

Revoga as Portarias 3/2003, que determina a juntada de cópia de contrato social pela reclamada; 4/2003, que dispõe sobre a publicação de editais; 1/2004, que trata da indicação de nomes dos servidores por carimbo e assinatura; 1/2005, que regulamenta a expedição de ofício ao Detran; 1/2008, que dispõe sobre assinatura de guias de levantamento de depósitos judiciais pelo Secretário da Vara e seus Assistentes; 1/2010, que trata de disponibilização de processos às partes e procuradores no balcão da Secretaria; 1/2012, que dispõe sobre pagamento de emolumentos ao Tabelionato de Protesto.

(DEJT/TRT3 Cad. Jud. 25/10/2021, p. 5599-5600)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

[SÚMULA STJ N. 651](#)

Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública.

(DJe/STJ 25/10/2021, p. 1)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

[RESOLUÇÃO CNJ N. 428, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021](#)

Dispõe sobre procedimentos e rotinas quanto ao uso do Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes de Precatórios (CEDINPREC), sistema informatizado por meio do qual serão centralizadas as informações relativas à não liberação tempestiva de recursos para o pagamento de parcelas mensais indispensáveis ao cumprimento do regime especial de que tratam os artigos 101 a 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

(DJe/CNJ 25/10/2021, p. 3-6)

RESOLUÇÃO CNJ N. 429, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

Institui o “Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário”.

(DJe/CNJ 25/10/2021, p. 6-9)

RESOLUÇÃO CNJ N. 430, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

Altera a Resolução CNJ n. 344/2020, que regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial.

(DJe/CNJ 25/10/2021, p. 9-10)

RESOLUÇÃO CNJ N. 431, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

Altera o artigo 8o e o anexo da Resolução CNJ n. 390/2021, restabelecendo a vigência dos artigos 70 e 71 da Resolução CNJ n. 303/2019.

(DJe/CNJ 25/10/2021, p. 10)

RECOMENDAÇÃO CNJ N. 113, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário medidas de segurança para o funcionamento de instituições financeiras em suas dependências.

(DJe/CNJ 25/10/2021, p. 13-16)

RECOMENDAÇÃO CNJ N. 114, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção de protocolos de segurança aos casos de magistrados(as) em situações de risco.

(DJe/CNJ 25/10/2021, p. 16-19)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEI PL N. 14.230, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021

Altera a Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa.

(DOU 26/10/2021, Seção 1, p. 1-5)